

SESSÕES DO PLENÁRIO

34ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de agosto de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração aos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, proposta por este deputado.

Convido para compor a Mesa o Sr. Carlos Martins, secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, que neste ato está representando o governador Rui Costa; o Sr. Vereador Luiz Carlos, representando, neste ato, a Câmara Municipal de Salvador; o Sr. Waldemar Oliveira, coordenador executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan – Cedeca; a Srª Márcia Guedes, coordenadora do Caoca – Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente e do Caocrim – Centro de Apoio Operacional Criminal; o Sr. Bruno Moura de Castro, defensor público e titular da 2ª DP da Infância e Juventude; a Srª Maria Constança Galvão, representando a secretária municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza, representando a secretária, deputada licenciada Tia Eron; a Srª Conselheira Iara Farias, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Sr. Marcus Vinicius Almeida Magalhães, advogado e professor de Direito Constitucional; a Drª Ana Virgínia Cavalcante Paim, delegada titular da Delegacia para o Adolescente Infrator; o Sr. Raimundo Antônio Silva dos Santos, presidente da Federação Investigativa dos Direitos Humanos – FDH; o Sr. Representante dos conselheiros tutelares de Santo Antônio de Jesus, Lucas dos Santos Oliveira. Está faltando a representante dos conselheiros tutelares de Feira de Santana.

Neste momento, ouviremos o Hino Nacional com o grupo DM De Boa e Helena Oliveira.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns ao grupo DM De Boa e Helena Oliveira.

Gostaria de chamar para compor a Mesa a Srª Conselheira Tutelar do Município de Feira de Santana Deise Lúcia.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Concedo a palavra ao proponente da sessão, este deputado que vos fala, José de Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Mais uma vez, boa tarde a todos. Boa tarde, pessoal!

(A plateia responde: “Boa tarde!”)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Cadê a juventude? Cadê os jovens?

(A plateia responde: “Aqui!”)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Muito bem. Parabéns, viu?! (Palmas)
Parabéns!

Gostaria de saudar e agradecer ao Sr. Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Carlos Martins, que neste ato representa o Exmº Sr. Governador do Estado, Rui Costa. Agradeço também as presenças do meu amigo e vereador Luiz Carlos, que está no segundo mandato, é representante da juventude aqui na cidade de Salvador e também representa, nesta sessão, a Câmara Municipal; do Sr. Coordenador Executivo do Cedeca, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, Waldemar Oliveira; da Srª Coordenadora do Caoca, Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente, e do Caocrim, Centro de Apoio Operacional Criminal, Márcia Guedes; do Sr. Defensor Público e titular da 2ª DP da Infância e Juventude, Bruno Moura de Castro; da Srª Maria Constança Galvão, representante da Srª Secretária Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, a deputada federal licenciada Tia Eron. Obrigado; da Srª Conselheira Iara Farias, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Sr. Advogado e Professor de Direito Constitucional Marcus Vinicius Almeida Magalhães; da Srª Delegada Titular da Delegacia para o Adolescente Infrator, Ana Virgínia Cavalcante Paim; do Sr. Presidente da Federação Investigativa dos Direitos Humanos, Raimundo Antônio Silva dos Santos; do Sr. Representante dos conselheiros tutelares de Santo Antônio de Jesus, Lucas dos Santos Oliveira; e da Srª Conselheira Tutelar do Município de Feira de Santana Deise Lúcia.

(Lê) “Agora, sim, quero saudar as ilustríssimas autoridades componentes da Mesa e os queridos conselheiros tutelares, os servidores, convidados, espectadores e internautas que nos acompanham ao vivo, através da *TV Assembleia* e da minha *fanpage*. A todos vocês uma boa tarde!

É com imensa satisfação que abro a sessão especial em homenagem aos 27 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Muito mais que um conjunto de dispositivos legais que estabelece medidas concretas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o ECA representa um marco contundente na legislação de proteção à infância e juventude do País, ao revogar o antigo Código de Menores e adequar a legislação infraconstitucional às disposições constitucionais e aos parâmetros internacionais de proteção.

Contudo, o ECA não representa uma luta ganha. É preciso ainda batalhar dia após dia para que se consiga assegurar o cumprimento desses direitos já conquistados. A parte feliz desta história é que soldados não faltam para este bom combate. E aqui, humildemente, me incluo.

Dois mil e dezessete foi o ano-chave para a concretização de muitas ações em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Este trabalho vem sendo consolidado através da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, da qual sou presidente.

Ao levantar esta bandeira, me senti no dever de abraçar e dar corpo a esta iniciativa, que visa, além da prevenção, a eliminação do trabalho infantil indiscriminado e a qualificação dos jovens para o futuro ingresso no mercado de trabalho.

Como pioneiros no lançamento deste modelo de frente parlamentar, inclusive a Bahia e esta Casa, estamos cumprindo com o objetivo de nos engajar, diligenciar e direcionar esforços em âmbito federal, sendo parte da luta para colocar em prática o Programa Jovem Aprendiz.

Nestes primeiros meses de atividade, a nossa Frente Parlamentar vem realizando ações em benefício dessa parcela da nossa população ainda carente de cuidados. Vale destacar algumas delas:

Ainda ano passado, no dia 31 de outubro, realizamos, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) do Congresso Nacional, o Seminário Estadual de Estímulo à Aprendizagem Profissional, oportunidade em que lançamos a nossa Frente aqui na Casa Legislativa.

Participamos também de um debate sobre os 16 anos da Lei do Aprendiz, em audiência pública no Ministério Público Federal de Pernambuco, no dia 21 de dezembro de 2016.

No mês de março, estivemos em Brasília para uma reunião no Ministério da Educação (MEC), junto com o deputado federal Cleber Verde (PRB-MA), na qual reivindicamos a revisão do edital do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Além disso, participamos de outra reunião no Ministério do Trabalho (MTB) para cobrar o cumprimento da Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem.

Já em maio, participamos da posse dos membros da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, composta por 198 deputados federais, 22 senadores e pela sociedade civil organizada. Realizamos também uma audiência com a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a cearense Kátia Arruda.

Em junho, participamos de uma sessão especial alusiva ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, no Plenário do Senado Federal, onde pude discursar sobre as ações da nossa Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil. Em uma nova ocasião, voltamos a Brasília para um diálogo com representantes do MEC e MTB sobre o futuro da educação profissional e tecnológica do nosso País.

Realizamos, no mês de junho, uma audiência pública sobre políticas para o fortalecimento do protagonismo infantojuvenil. Na oportunidade, a reforma do Ensino Médio pôde ser amplamente discutida entre jovens, pais e educadores.

Como resultado de uma indicação que apresentei em 2013 e de uma emenda parlamentar do deputado federal Márcio Marinho, os municípios baianos de Itabuna, Ipiá e Aurelino Leal, como também Feira de Santana, foram contemplados, também em junho, com *kits* para os respectivos conselhos tutelares. Cada cidade recebeu um carro, um bebedouro, cinco computadores, uma geladeira e uma impressora multifuncional.

E por falar nesses guerreiros incansáveis, compartilho com vocês a imensa alegria por ter celebrado oficialmente pela primeira vez, no último dia 25 de julho, o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar, concretizado na Lei nº 13.695, de minha autoria, sancionada no dia 11 de janeiro pelo governador Rui Costa.

Parabéns a vocês, principais atores do Sistema de Garantia dos Direitos e Deveres da Criança e do Adolescente, pela perseverança e pelo amor dedicado ao que fazem, apesar de todas as dificuldades!

Agora convido todos a assistir a um vídeo em homenagem ao trabalho desenvolvido pelos conselheiros tutelares. A minha admiração a esses profissionais! Por favor, eu, neste momento, antes de nós colocarmos o vídeo, gostaria de que todos dessem uma forte salva de palmas! (Palmas)

(Apresentação de vídeo.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Convido o Dr. Marcus Vinicius Almeida Magalhães, advogado, professor de Direito Constitucional e Direito da Criança e do Adolescente, e que trabalhou nos seguintes órgãos: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Presidência da República; Fundação da Criança e do Adolescente – Bahia; Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia; Fundação Cidade Mãe, da Prefeitura de Salvador; é ex-membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-BA e ex-conselheiro estadual de Assistência Social. Ele irá palestrar sobre o protagonismo infanto-juvenil pelo tempo de até 15 minutos.

O Sr. MARCUS VINICIUS ALMEIDA MAGALHÃES:- Olá, tudo bem? Saúdo a todos aqui presentes. Vamos falar bem rapidinho sobre o protagonismo juvenil, então quero essencialmente dirigir um cumprimento especial aos jovens aqui presentes e, a partir de vocês, a todos os presentes à Mesa.

É uma satisfação muito grande, mais uma sessão especial, momento tão festivo promovido pelo nosso deputado José de Arimateia, celebrando uma lei muito importante, 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Falar de protagonismo juvenil no contexto de 27 anos é muito oportuno, salutar e extremamente importante. O protagonismo juvenil vem a ser um princípio instituído no âmbito da política dos direitos da criança e do adolescente e situa a necessidade de se dar a voz, ouvir e respeitar a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direito, e isso não é fácil dentro do nosso modelo de sociedade.

Temos na Constituição federal um princípio muito importante que diz que todos são iguais perante a lei, mas mais importante do que reconhecer a igualdade perante todos, porque isso é fácil dizer... Eu me sinto até à vontade para dizer: “Eu sou igual a alguém”. Quando eu falo em igualdade, todo mundo quer participar desse discurso, porque todo mundo se sente partícipe, é bacana ser igual. Mas o difícil, dentro da nossa sociedade, é praticar uma coisa que não está na Constituição federal, mas que não deixa até de ser um desdobramento desse princípio da isonomia, que é a alteridade.

Alteridade é uma palavra que a gente não costuma citar muito. Ela significa respeitar o diferente, e por conta dessa diferença, inclusive, nos reconhecermos como seres humanos. Não é simples, não é fácil, dentro de um modelo de sociedade como o nosso, marcado por uma lógica mecanicista, em que o trabalho, o ganhar dinheiro, tudo gira em torno da visão dos adultos, é uma visão “adultocêntrica” que as pessoas têm. É difícil, então, superar um modelo que é histórico. A gente ainda não conseguiu superar isso e enxergar na criança e no adolescente realmente uma pessoa que tem voz e que precisa ser respeitada. E isso se revela nas mínimas coisas, gente.

Eu falo de protagonismo juvenil no sentido de perguntar às crianças e aos adolescentes o que é que eles querem. Aí vocês falam assim: “Marcus, será que isso funciona de fato?” Olha, a coisa mais importante a dizer nos 27 anos do ECA, ao tratar de protagonismo juvenil, é lembrar que quem teve voz, talvez quem sensibilizou mais a sociedade, quando o ECA foi aprovado, foram crianças e adolescentes do nosso País. Ainda digo mais: meninos e meninas de rua. Foi um movimento nacional de meninos e meninas de rua que, ainda no processo de redemocratização do País, antes mesmo de a Constituição de 1988 ser aprovada, foram às ruas e promoveram seminários municipais, estaduais e um grande seminário nacional, com um jeito de falar muito peculiar, porque eram crianças e adolescentes de rua, muitos deles sem família. Eles se posicionavam nos palanques e diziam o seguinte: “Olha, sabe o que a gente quer de fato? Vocês estão falando em inserir na Constituição um artigo que trate dos direitos da criança e do adolescente, inspirado na Convenção Internacional” – nosso deputado José de Arimateia falou disso –, “sabe o que a gente quer? A gente quer uma lei que assegure aos nossos pais trabalho, emprego, renda, moradia, porque muitos de nós que estamos nas ruas temos família” – inclusive essa situação ainda de hoje. “A gente quer também acesso a serviços públicos, escola de qualidade e ser respeitado como pessoas”.

O terceiro ponto que eles destacaram muito, a grande maioria das falas era muito neste sentido: “A gente não quer sofrer violência institucional”. Nessa época ainda vigia um modelo chamado Febem, vocês são muito jovens, não sei se já ouviram falar disso, mas era um modelo que se chamava de proteção e assistência aos menores em situação irregular, abandonados e carentes, era a legislação anterior. O art. 1º dizia assim: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de previsão e assistência previstas neste Código”. Essa lógica de proteção e assistência era institucionalizar pessoas a partir de um modelo que se tinha, que era o modelo Febem.

Com essa própria lógica de institucionalizar tudo, eu tinha na criança e no adolescente um objeto de intervenção. Eu não queria saber o que é que ele queria. A mãe é pobre? O pai está envolvido em algum problema com álcool, alguma droga? A família está numa condição de privação de liberdade, está passando por uma necessidade? Eu não vou resolver o problema da criança, vou colocar ela dentro de uma instituição. Aí se falava assim antigamente: casa, comida e roupa lavada. E era até chique institucionalizar. Até as pessoas ricas, da elite, iam para os internatos. Os

colégios internos eram até uma coisa chique. Mas com o Estatuto da Criança e do Adolescente isso mudou.

Um dos direitos fundamentais que hoje são assegurados é o direito à convivência familiar e comunitária, mas não só ele. Esse protagonismo juvenil precisa se refletir, também, em outros aspectos. Ora, falar em protagonismo juvenil significa escutar a criança e o adolescente, respeitá-los na sua condição de sujeito de direitos e respeitar o que dizem o Estatuto da Criança e do Adolescente e esse art. 227 da Constituição federal, que não quer mais para a criança e para o adolescente, não, quer os mesmos direitos de qualquer adulto, mas que sejam assegurados com absoluta prioridade. O que é absoluta prioridade? O ECA explica, tem um artigo no ECA, o art. 4º que trata disso.

Então, se estamos num momento em que ainda verificamos, a partir do vídeo que foi passado aqui, que a cada hora 15 crianças e adolescentes no nosso País sofrem algum tipo de violência ou de privação de direito, e esse número pode ser exponencialmente muito maior, isso é um sinal de que ainda não são tratados com prioridade absoluta.

Então, tratar de protagonismo juvenil nos 27 anos do ECA significa essencialmente reafirmar o conteúdo do princípio da prioridade absoluta. Estamos aqui com representantes do poder público – do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Assegurar a prioridade absoluta por meio de primazia de socorro, que é o que pensamos logo, mas também oferta qualificada de serviços e equipamentos públicos para aqueles que mais precisam e destinação privilegiada de recursos para as políticas públicas. Temos representantes do conselho, que também deliberam sobre essas políticas.

Esses recursos precisam chegar para que essas políticas se implementem, saiam do papel. Tem que sair do papel não só o Estatuto da Criança e do Adolescente, não. O Sistema de Garantia de Direitos precisa se integrar mais, precisa resgatar essa energia, a pujança do momento que levou à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Devemos invocar este princípio que estamos discutindo aqui para, justamente, retomarmos essa energia e efetivamente assegurarmos a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Quero só lembrar mais um detalhe: não praticamos alteridade, então, não gostamos do que é diferente. Temos dificuldade de respeitar aquilo que não conhecemos ou que nos é diferente. Então, é muito comum adulto se valer de uma criança ou adolescente achando que é dono. “Se sou dono, eu trato como quero, já que sou dono, então posso atentar contra a integridade física”. Vocês viram os exemplos que os conselheiros tutelares deram aí, violências praticadas, inclusive, contra bebês, crianças, adolescentes, essas situações não podem ser mais admitidas.

Chegamos a um momento de internalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois o Estatuto já se enfeixou, já se expandiu para outras tantas leis que também tratam dos direitos da criança e do adolescente.

Tortura não é mais admitido em relação às crianças e adolescentes, a educação precisa ser de qualidade, precisa ser assegurado espaço de fala, respeito à tradição

constitucional democrática do País em relação a crianças e adolescentes. Então, temos que respeitá-los em todas as suas esferas de desenvolvimento humano. Isso não é fácil, por quê? Aí é o desafio do protagonismo juvenil. Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, mas têm uma condição peculiar de desenvolvimento. E isso os impede de serem sujeitos de direitos ou terem os seus direitos efetivados? Não.

Um trecho do Estatuto diz que é dever das gerações adultas fazer com que esses direitos sejam respeitados – família, sociedade e Estado. Ninguém escapa. Ao tratar de família, sociedade e Estado, ele fala das autoridades, não é isso, Vavá? As autoridades estão implicadas, as famílias. E falou de sociedade. Todos nós, inclusive vocês próprios, crianças, adolescentes, jovens, são responsáveis pela efetivação desses direitos da criança e do adolescente.

Nosso País tinha um terço de crianças e adolescentes. Isso está mudando, a população está envelhecendo e estamos caminhando, talvez, para 25%, um quarto. Ainda assim, vocês são um segmento populacional privilegiado. O problema é que a maioria das crianças e adolescentes, o grande número, não vota por conta da condição peculiar de desenvolvimento, e, às vezes, não sabe nem falar, não sabe se manifestar, então, depende dos adultos. Mas não esqueçam que vocês têm uma força enorme. Quando as pessoas falarem assim: “Poxa, estou cansado dos is da infância e da juventude. ‘É inconsequente’, ‘é imediatista’, ‘é irresponsável’, vocês respondem assim: “Somos inteligentes, acima de tudo. Temos direitos, precisamos ser reconhecidos. E passa pelo processo de reconhecimento do nosso protagonismo nos respeitar como pessoas, termos os nossos direitos assegurados e escutar a nossa voz”. Vocês são fortes. Falar isso num momento como o que o Brasil está vivendo, de ameaças aos direitos conquistados, de possibilidade de retrocesso, é muito importante.

E só para encerrar, retomando o que eu já disse: foram vocês, e não estou exagerando nisso, os responsáveis pela sensibilização da sociedade brasileira para que o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse inserido... O texto constitucional não tratava dos direitos da criança e do adolescente, foi um movimento ímpar. Esquerda, Direita, todo mundo se unindo no sentido de aprovar uma legislação que tratava dos direitos da criança e do adolescente. Seriam duas emendas, que foram fundidas em uma, e depois o art. 227, em um momento sem internet, sem *Facebook*, sem redes sociais. O que sensibilizou as pessoas foi ver crianças e adolescentes nos palanques pedindo para serem respeitadas. Elas não pediam mais do que ninguém, mas elas estavam lá como protagonistas do processo, falando em nome próprio e dizendo que era o momento de dar um basta em exclusão social, de violência institucional, policial, de todas as formas. Elas queriam que a Constituição tratasse, especificamente, dos direitos da criança e do adolescente. A Constituição, então, o fez de uma forma linda. Ela sintetiza a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Não estou incentivando, mas sabe o aluno que pesca do colega que estudou e tira nota melhor que ele? O Brasil fez isso. Ele pescou o texto da Convenção, que estava sendo discutido, e antes de a Convenção sair, pois somente saiu em 1988 e 1989, nós pegamos o texto e fundimos.

O Brasil é dito, assim, o primeiro a ratificar a Convenção Internacional antes mesmo de ela existir. Isto é, doutrinariamente – tecnicamente isso vai acontecer depois. Mas, de fato, o primeiro a ter uma legislação adequada à Convenção Internacional de 1989 foi o Brasil, a partir da Constituição federal de 1988. É uma história muito linda.

O segundo ponto é que o Brasil fez questão de destacar a prioridade absoluta. Não é uma mera cereja do bolo. A intenção do legislador, realmente, foi dizer que estamos ouvindo e vamos implementar esse modelo de Constituição dirigente. Eu dirijo em função desse ideal. Criança e adolescente são sujeitos dos direitos fundamentais, com absoluta prioridade.

Janderson, deputado, mais uma vez, obrigado. Foi um prazer enorme estar aqui com vocês, são só algumas palavras de agradecimento e celebração junto com vocês. Eu, particularmente, sou um fã incondicional do Estatuto da Criança e do Adolescente. E obrigado também aos colegas. É sempre um prazer enorme estar com vocês.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, Dr. Marcus Vinicius de Almeida Magalhães. Eu quero agradecer aos internautas que estão assistindo, não só na Bahia, como em alguns Estados do nosso querido Brasil, a esta sessão especial. Obrigado por estarem assistindo da minha *fanpage*.

Gostaria de registrar a presença do bispo Júlio César Santos, da Igreja Universal. (Palmas) O bispo é também um militante em defesa da criança e do adolescente. Muito obrigado pela sua presença, ao lado de sua esposa. Gostaria de registrar a presença da Dr^a Zuleide de Carvalho Oliveira, presidente da Abrap, Associação dos Advogados Públicos. Obrigado, doutora.

Mariana Santos, conselheira tutelar, está presente. Ana Dalva, conselheira tutelar. (Palmas) Vocês, conselheiros, que receberam nos seus municípios o *kit* de que eu falei, vocês têm que fiscalizar os equipamentos. Já chegou ao meu conhecimento que está havendo desvio de equipamento, e se estiver faltando algum objeto desses é motivo de comunicar à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público. Isso é inadmissível. A maioria dos prefeitos não dá estrutura aos conselheiros, e quando o município é beneficiado, através de deputados federais, o carro vai para não sei pra onde. Isso é um absurdo. Estou revoltado com isso. Eu soube, e vocês que estão lá, conselheiros, é mais um desafio para vocês. Vocês têm que abrir a boca, porque eu não estou lá para ver, nem o deputado que fez a doação. Ele conseguiu através da verba impositiva, que é uma lei, um direito que o deputado tem, e o prefeito faz o desvio do material. Vocês já trabalham fazendo do limão a limonada. É ou não é? Então, nós não podemos aceitar isso. Eu soube, viu? Se não mudar isso aí, vou falar aqui.

Eu gostaria também de registrar a presença de Valdineia Dias Mota, conselheira tutelar de Camaçari; Joélia de Souza Barreto, conselheira tutelar de Santo

Antônio de Jesus; Elza de Jesus Lago, conselheira tutelar de Santo Antônio de Jesus; Mônica de Jesus Lima Vieira, Santo Antônio de Jesus – rapaz, Santo Antônio de Jesus está em peso aqui, hein? Graças a Deus! Rosenilda Santos, conselheira tutelar de Salvador; Rita Miro Araújo, conselheira tutelar de Igrapiúna; Érica Oliveira, psicóloga da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos; Zuliene da Silva Vitória de Jesus, coordenadora do Grupo Força Jovem Universal; Maria do Socorro Adorno Cerqueira, presidente da Associação Nacional das Escolas Técnicas da cidade de Alagoinhas, que tem um trabalho fantástico. Parabéns! Obrigado pela sua presença. Tive o privilégio de participar de duas formaturas e também da entrega dos certificados dos estudantes. Parabéns, professora!

Ednei de Oliveira Silva, oficial de proteção ao adolescente do Instituto Pedro Barbosa; Regina Souza, presidente do grupo do Instituto Pedro Barbosa; Waldemar Joventino Filho, agente da Federação de Direitos Humanos; Waldemir Santana de Oliveira, vice-presidente da Federação Investigativa dos Direitos Humanos; Deise Lúcia Santos Souza, conselheira tutelar em Feira de Santana; Aloísio Pereira, conselheiro tutelar em Salvador; Antônio Cordeiro, conselheiro tutelar em Feira de Santana; Anita de Alcântara Oliveira, conselheira tutelar em Feira de Santana; Alessandro Silva Pereira, agente penitenciário da SEAP; Paloma Braga A. de Souza, conselheira seccional da OAB; Andréa Borges, conselheira tutelar na Boca do Rio; Hélio Palmeira Neto, agente de proteção do Instituto Vivas; sargento Absolon; Cíntia Batista, conselheira tutelar no bairro de Brotas; e Giliane Lima, membro do Instituto Vivas. (Palmas)

Eu gostaria de chamar também para compor a Mesa a Sr^a Vereadora da cidade do Salvador Rogéria Santos. (Palmas)

Eu gostaria de fazer uma inversão na pauta do cronograma, porque o Sr. Waldemar Oliveira, que é coordenador executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), precisará ausentar-se. Como determinei que cada representante da Mesa teria 3 minutos para uma saudação, vou colocá-lo agora para essa saudação e, ao mesmo tempo, chamo também para compor a Mesa o Sr. Marcel Mariano, que está representando o desembargador do Tribunal de Justiça Salomão Resedá. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Com a palavra o Sr. Waldemar Oliveira para uma saudação de 3 minutos.

O Sr. WALDEMAR DE OLIVEIRA:- Uma boa tarde a todos e a todas, principalmente, a essa juventude baiana. Queria saudar o deputado José de Arimateia, e na sua pessoa saúdo todos os componentes da Mesa. Desejo dizer, em princípio, da importância desta sessão. É pena que só esteja presente a esta Casa o propositor, o deputado José de Arimateia. Eu esperava que estivesse aqui um bom número de deputados para que pudéssemos falar com eles, mas, infelizmente, só se encontra presente o deputado José de Arimateia.

Meu amigo Marcus disse aqui muito sobre direitos, acho que este é um dia realmente de celebração, mas, antes de tudo, é um dia de cobrança, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, estabelece de forma clara que criança é

prioridade absoluta! Isso é a espinha dorsal do Estatuto! E eu pergunto a todos os meus amigos e companheiros de Mesa e a todos vocês: isso é praticado? Criança e adolescente são prioridades absolutas neste País? Não são, os dados estão todos aí. Em todos os lugares para onde a gente volta o nosso olhar, vemos que criança e adolescente não são prioridades.

Temos uma lei muito importante, inovadora, garantidora de direitos. Antes, crianças e adolescentes, vocês só tinham deveres, não tinham direitos. O Estatuto estabelece de forma muito clara direitos e deveres. Mas os direitos que estão enumerados no Estatuto, infelizmente, não são cumpridos.

Eu vejo, passando pela cidade, os conselhos tutelares. Os senhores conselheiros tutelares são peças importantíssimas nesse processo, (palmas) porque eles são fiscais da lei, são eles que estão lá para cobrar que o Estatuto seja cumprido, que não haja negligência, que uma criança não possa ficar fora de sala de aula, que um pai não agrida de forma violenta uma criança ou nada sofra por fazer isso. Então, os conselheiros tutelares são os olhos do Estatuto. Por isso, eu dou essa importância, o Cedeca dá e procura estabelecer uma parceria muito forte com os nossos conselheiros tutelares.

Para informar ao deputado José de Arimateia, que talvez não circule nos bairros como eu circulo: vejo coisas absurdas. Por exemplo, aqui em Salvador, aqui na cidade, meus amigos, salvo engano, temos 18 conselhos tutelares, a maioria deles em transversais de ruas principais, alguns em transversais de transversais! Pergunto: como é que o povo vai saber que existe um conselho tutelar, como é que o povo vai saber que aquela casa ali é garantidora de direitos se ela fica escondida? Na Boa Vista, ela fica no alto da Boa Vista, no fim do bairro, onde ninguém circula, atrás da escola. Então, é pena que eu só tenha 3 minutos aqui para dizer das mazelas...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Mais um minuto.

O Sr. WALDEMAR DE OLIVEIRA:- (...) do descumprimento das leis por parte dos nossos governantes! Quero dizer que os Conselhos Tutelares só foram implantados no nosso Estado graças a uma ação do Ministério Público que obrigou os prefeitos a criarem os conselhos tutelares. Não fosse isso, essa ação de força do Ministério Público, até hoje teríamos dezenas de municípios sem conselhos tutelares. E aqueles que existem – o deputado nos chama a atenção –, de certa forma, têm os seus equipamentos surrupiados, desviados por esses prefeitos.

Então, meus amigos, o momento é de celebração, mas, antes de tudo, é de desafio e de luta, para que a gente cobre dos nossos governantes, nas três esferas de governo –federal, estadual e municipal – os direitos de vocês. (Palmas)

Obrigado e desculpem-me por não ficar até o final. É que o coordenador do Cedeca é um faz-tudo, tem que correr, e eu tenho que ir à Secretaria. Um grande abraço para todos e viva a criança do nosso País! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, Waldemar Oliveira.

E outra coisa, viu? Vocês, conselheiros tutelares, foram eleitos pelo voto livre. Vocês não devem a nenhum prefeito, não. Vocês não devem a nenhum prefeito, não! Pelo contrário, o prefeito é quem deve, porque é obrigação dos prefeitos equipar os Conselhos Tutelares. É obrigação deles, entendeu?

Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Assistiremos agora à apresentação do coral Projeto Ilhas.

(Apresentação do Projeto Ilhas.)

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns. Mais uma? Tem mais uma. Bora!

(Continua a apresentação musical.)

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Já dá para gravar um CD. Estão de parabéns. Não vou dar mais outra oportunidade porque há alguns oradores, a não ser que a gente faça uma vigília. Por mim... Vocês topam uma vigília? Sim ou não?

(A plateia responde: “Sim”.)

Então, vamos nos preparar para isso.

Parabéns ao coral do Projeto Ilhas. Estão de parabéns. (Palmas)

Eu gostaria de registrar e agradecer aos internautas que estão nos assistindo através da *fanpage*, inclusive ao meu amigo Juraildo Santos, que está nos assistindo e não pôde estar aqui. Quero também mandar um beijo para minha amada esposa, lá em Feira de Santana, que não pôde vir, mas está me assistindo. Beijo, meu amor. Trinta e dois anos de casados e quatro anos de namoro. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Com a palavra a Dr^a Ana Virgínia Cavalcante Paim, que é delegada titular da Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI). Uma saudação pelo tempo de 3 minutos. (Palmas)

A Sr^a ANA VIRGINIA CAVALCANTE PAIM:- Boa tarde a todos. Cumprimento todos os presentes, especialmente os protagonistas de hoje, que são as crianças e adolescentes.

Como a ideia da vigília é apenas uma brincadeira, serei breve em me apresentar. Estou assumindo agora a titularidade da Delegacia para o Adolescente Infrator, conhecida como DAI, sucedendo uma colega que, brilhantemente, atuou nos últimos dez anos à frente da unidade com esse trabalho para atuação específica, não só na apuração dos delitos, mas também com a ideia de tratar da criança e do adolescente no sentido de proteção, para que essa condição peculiar de pessoa em desenvolvimento seja, de fato, respeitada.

Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje me deleitando com tantas apresentações belíssimas, especialmente, esse último coral, que transmitiu a todos o sentimento de comemoração desses 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Boa tarde e, mais uma vez, obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigada, Dr^a Delegada Ana Virgínia Cavalcante Paim.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Concedo a palavra, para uma saudação, ao vereador Luiz Carlos, pelo tempo de 3 minutos, ele, que também tem sido um defensor da causa da juventude.

O Sr. LUIZ CARLOS:- Deputado José de Arimateia, na pessoa de quem eu cumprimento todos os membros da Mesa – sintam-se cumprimentados o secretário e demais, vereadora Rogéria, Dr^a Constança. Primeiro, quero lhe parabenizar por celebrar essa data tão importante todos os anos. Eu estou aqui, deputado, porque o ECA, para nós, é um instrumento muito importante, garantidor dos direitos da criança e do adolescente.

Quero cumprimentar aqui o meu amigo Júlio Santos. Talvez você diga assim: “Quem é Júlio Santos? Eu não conheço”. Mas esse homem faz um trabalho excepcional no Estado da Bahia, como também já levou e implantou o trabalho em outros Estados, um trabalho que socializa, ressocializa, resgata, levanta – e que encaminha os jovens para o bem. Hoje, nós temos muitos jovens nas universidades por sua causa, pelo seu trabalho.

Meus parabéns! (Palmas) Esse é o nome mais conhecido internamente, mas porque ele faz questão. Muitas vezes, nas caminhadas do ECA, a gente chama: “Suba aqui”, mas ele prefere ficar lá embaixo, sempre quietinho e fazendo um trabalho brilhante.

Quero cumprimentar aqui o FJU, todos os jovens, os defensores de direitos humanos, o Instituto Pedro Barbosa, na pessoa de Regina, o Instituto Vivas, que também está presente. Aos conselheiros tutelares, todos os cumprimentos. (Palmas)

Nós poderíamos dividir esta sessão especial, deputado, em dois momentos: um, de celebração, pela existência do instrumento garantidor dos direitos da criança e do adolescente, mas também um momento de reflexão sobre o quanto ainda precisamos avançar.

O Estatuto é, inclusive, um dos estatutos que mais se destacam. Temos o Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso... Por que o Estatuto da Criança se destaca em meio aos demais estatutos? Justamente por ações como esta. Tivemos a Caminhada do ECA, que foi institucionalizada a partir de um projeto nosso, porque antes se fazia com muita dificuldade. Tivemos, no mês passado, a aprovação da Lei nº 387/2017, que foi encaminhada pela Secretaria de Ação Social, que garante o pagamento aos conselheiros tutelares nos grandes eventos que acontecem em Salvador. Antes, eles dependiam de acordo entre secretarias, entre Ministério Público, e hoje passam a ter um direito garantido com a aprovação dessa lei. Recentemente, fizemos também uma sessão especial em comemoração ao ECA e aos conselheiros tutelares.

Então, esses movimentos, deputado – por isto faço questão de vir –, esses movimentos fazem com que o Estatuto ganhe vida, ganhe força, esteja a cada dia na

sociedade sendo debatido. Por isso que ele se diferencia dos demais estatutos, e se continuarmos nesse ritmo... É obrigação de vocês, jovens, fazerem movimentos, seminários, estarem atentos ao que acontece nas redes sociais, claro, fazendo ressalvas, porque tem muita bobagem nas redes sociais.

Hoje mesmo vi um jovem que está sendo ameaçado, fugindo, inclusive não indo mais trabalhar, porque botaram uma foto dele na rede social dizendo que ele era estuprador, quando, na verdade, é um trabalhador. Então, temos que fazer uma ressalva com o que nós vemos e compartilhamos nas redes sociais, porque, às vezes, estamos contribuindo com o criminoso ou com a mentira. Mas as redes sociais bem utilizadas são instrumentos, ferramentas importantes também para difundir direitos e levar a voz aonde não conseguimos chegar.

Parabéns, deputado, pela sua iniciativa, conte com este amigo na defesa dos direitos da criança e adolescente.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, vereador Luiz Carlos.

Agora, como hoje é um dia especial, um dia de festa, os 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, vamos assistir à apresentação do grupo DM de Boa, com um vídeo simultâneo com fotos.

Quero agradecer aos internautas. Eles estão aí, Sandrinho? (Pausa) Muito bem. (Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns! Vocês estão de parabéns, já podem gravar um CD. Deus abençoe. Parabéns. Muito obrigado pela apresentação do grupo DM de Boa.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Nós vamos agora ouvir a Dr^a Márcia Guedes, do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente, que também representa o Caocrim, Centro de Apoio Operacional Criminal, pelo tempo de até 3 minutos. Se precisar de mais um minuto eu dou.

A Sr^a MÁRCIA GUEDES:- Boa tarde a todos e a todas. Eu queria cumprimentar vocês e a Mesa, na pessoa do deputado José de Arimateia. Esta sessão me fez voltar ao passado, quando eu comecei a atuar aqui em Salvador e visitei uma unidade de acolhimento que ficava na Ladeira da Barra, o Ibeji, que não existe mais. Um menino do Ibeji cantou para mim exatamente a música *É preciso saber viver*. E aquilo foi um incentivo para minha atuação naquela época à frente da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude aqui nesta capital.

E hoje foi um dia, deputado, de muita emoção, iniciada pela manhã, quando participei da abertura da Feira de Aprendizagem Profissional, à qual estavam presentes diversos empresários que, cumprindo a cota de aprendizagem, iriam contribuir para a inserção no mercado de trabalho de muitos adolescentes e jovens, além da formação de que participei, na semana passada, no Sesi, do projeto Vira Vida, que, efetivamente, transforma a vida não só dos adolescentes e jovens que

conseguem ser inseridos no projeto, mas também de inúmeras famílias que estão lá representadas por eles.

Então, o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente é um momento de comemoração. Não quero dizer que o ECA ainda não saiu do papel – ele precisa da força, sobretudo desta Casa, da cidadania desta Casa Legislativa, das câmaras de vereadores dos diversos municípios do País, não só da Bahia – porque não quero aqui passar a sensação de tristeza pelos municípios baianos que não cumpriram ainda a integralidade do que preconiza o Estatuto, mas também ressaltar que este sofrimento perpassa por quase todos os municípios brasileiros. Poderia até dizer por todos, porque nem todos implantaram a estruturas previstas no ECA.

Mas isso não é uma novidade. Novidade é o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Vocês ouviram muito bem aqui o advogado Marcos falar do princípio da proteção integral da prioridade absoluta.

Acho que o próprio Estatuto em si já foi uma grande conquista, porque, deputado, a primeira causa em defesa dos direitos da criança e do adolescente aconteceu devido à ação de uma associação protetora de animais que recebeu uma denúncia nos Estados Unidos, um país que ainda não protegia os direitos da criança, que não assinava tratados internacionais que protegem os direitos da criança. E essa associação se dirigiu a uma casa para verificar a violência sofrida por um animal e lá encontrou crianças que sofriam muito mais do que os próprios animais.

Então, é uma luta que vem do passado e continua no presente. Precisamos estar atentos, fortalecendo a estrutura dos conselhos tutelares. O Ministério Público está com o projeto Infância em Primeiro Lugar, para garantir a estruturação dos conselhos tutelares do nosso Estado.

Peço aqui o apoio dos conselheiros presentes, que têm uma importante função para assegurar o cumprimento do Estatuto. Diria que o conselho é o órgão mais importante que nasceu com o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, como falei há pouco, na entrevista à *TV Assembleia*. Quero conclamá-los neste momento de elaboração de leis orçamentárias para que prestem assessoramento aos municípios, exigindo que nos orçamentos sejam previstos recursos que garantam não só o funcionamento dos conselhos tutelares, mas também a estrutura necessária para que as medidas por eles aplicadas, efetivamente, possam acontecer.

E procurem no Ministério Público um aliado, porque acho que a harmonia que houve aqui, com a música que foi tocada, com instrumentos improvisados, pelos meninos do Nordeste de Amaralina, a Banda DM de Boa, mostra que se estivermos em harmonia, todos, todas as estruturas, dos municípios, do Estado, nós conseguiremos fazer com que o Estatuto possa ser uma realidade, interferindo de forma positiva na vida de todas as famílias dos nossos 417 municípios da Bahia.

Então, a ação tem que ser articulada. É o dever de todos nós.

Quero pedir aqui ao secretário de Justiça que possamos ter um momento de diálogo para articularmos juntos algumas políticas que perpassam pela atribuição do Estado da Bahia e que vão garantir, com certeza, uma mudança da realidade na vida de inúmeras famílias.

Agradeço, deputado, ao convite para participar desta audiência pública, que é de muita importância. É muito importante discutirmos o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente dentro da Assembleia Legislativa, que tem um poder enorme para modificar a realidade de muitas pessoas em nosso Estado.

Obrigada a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, Dr^a Márcia Guedes.

Gostaria de registrar a presença de Rosemeire dos Santos Santana, conselheira tutelar de Madre de Deus; Girlan Jesus Gomes, diretor do Instituto Vivas; Marcos Antônio de Jesus, supervisor do Instituto Vivas; Gilvan Gomes dos Santos, agente da FIDH, Federação Internacional de Direitos Humanos; Silvio de Oliveira Santos, agente do Instituto Vivas; Rosimário Santos, agente do FIDH; Nivaldo Nogueira dos Santos, aposentado do Senac; Eliete Abreu de Souza, agente da FIDH; Ana Paula Muniz, coordenadora da Fundação Ana Lima; Fabiana de Carvalho Barbosa, conselheira de Madre de Deus; José Mário, conselheiro de Madre de Deus; Vanessa Santana da Cruz, conselheira de Madre de Deus; Jorge Antônio Bastos Santana e Anderson Ferreira de Albuquerque, agentes penitenciários da SEAP. Muito obrigado pela presença de vocês.

Gostaria de registrar que o vereador Luiz Carlos teve que se ausentar devido a compromisso assumido.

Ouviremos os conselheiros tutelares.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Concedo a palavra à conselheira Iara Farias, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.

A Sr^a IARA FARIAS:- Boa tarde, cumprimento a Mesa na pessoa do deputado José de Arimateia, presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infanto-Juvenil, proponente desta sessão; o secretário Carlos Martins, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, representando o governador; Dr^a Márcia Guedes, nossa parceira na execução de alguns programas; o defensor público Bruno Moura Castro, demais componentes da Mesa, delegada, vereadores, colegas, os adolescentes presentes e as entidades sociais que atuam na área da infância e adolescência. Quero dar os nossos parabéns e felicitações pela passagem desses 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Marcando os 27 anos de vigência do ECA, cabe a mim, na condição de representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, afirmar que o Ceca é um fórum de participação política e de controle social que tem priorizado a aproximação entre o poder público e a população, criando oportunidade efetiva de a sociedade intervir na formulação e fiscalização das políticas públicas.

Portanto, fortalecer a atuação desse órgão é muito importante neste momento, para garantir que nestes tempos de crise da democracia representativa a democracia direta seja uma realidade da nossa atuação.

Trago aqui, também, a importância da estrutura para se garantir o funcionamento dos conselhos tutelares, para que, além das funções legais estabelecidas no ECA, eles cumpram o seu importante papel de mediação social e a sua atuação pela garantia de direitos.

É preciso defender junto às prefeituras a uniformização da legislação, a melhoria da infraestrutura, melhores remuneração e condições de trabalho e o reconhecimento do papel social exercido pelos conselheiros.

Nesses 27 anos do ECA, há muito o que comemorar, mas nos inquietam as tentativas de retrocesso, como a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação, além da redução dos recursos para as áreas sociais que estamos vivendo neste momento.

Por isso, é necessário reiterar a busca por soluções integrativas em torno da luta pela garantia dos direitos da infância e da juventude, que impõem aos diversos órgãos que integram o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente uma atuação articulada para garantir a proteção integral.

Finalizando, queremos trazer a visão de que somos todos partes fundamentais para garantir os direitos e impedir as violações, partes que integram o sistema de garantia de direitos, por isso mesmo devemos impedir as violações.

Não podemos permitir retrocessos. Nenhum direito a menos para as nossas crianças e adolescentes. Essa é a mensagem do Ceca que trazemos aqui neste momento.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, conselheira Iara Farias.

Gostaria de explicar a vocês que uma sessão especial é diferente de audiência pública. Existe a sessão especial e existe a audiência pública, há uma diferença. Na audiência pública, franqueamos a palavra para todas as pessoas que estão na plateia ou na Mesa. Aqui eu estou fazendo quase uma audiência pública. Além de eu ter falado, dou a palavra por 3 minutos aos participantes da Mesa, por isso estou fracionando o tempo, dou oportunidade para cada um dar uma saudação.

Gostaria de explicar isso porque alguém da plateia pode perguntar-se por que não vai falar, já que estão todos da Mesa falando. Há essa diferença, audiência pública abre para todos, mas aqui estamos fazendo uma sessão especial em comemoração aos 27 anos do ECA.

Agora chamo, concedendo a palavra para dar uma saudação, o Dr. Bruno Moura de Castro, titular da 2ª DP da Infância e Juventude, da Defensoria Pública do Estado da Bahia, por 3 minutos. (Palmas)

O Sr. BRUNO MOURA DE CASTRO:- Boa tarde a todos os presentes, em especial às crianças e adolescentes neste espaço, razão desta sessão especial.

Agradeço especialmente ao deputado José de Arimateia pelo convite. Eu represento hoje, aqui, tanto a Especializada da Infância e Juventude da Defensoria

Pública quanto a associação. Ambos os convites são muito bem recebidos, e muito agradecidos participamos deste debate.

Temos, sim, que comemorar cada aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não podemos deixar de reconhecer que o Estatuto rompeu um paradigma extremamente perverso, cruel e preconceituoso que existia no antigo Código de Menores, que era direcionado a um público bem específico e vulnerável e tratava a criança e o adolescente como mero objeto que deveria ser tutelado. Muitas dessas crianças e adolescentes vulneráveis acabavam nas Febens de todos o País, como se isso fosse a solução para algum problema.

O Estatuto veio romper com isso, veio dizer que a criança e o adolescente são sujeitos de direito e protagonistas, como bem colocou o professor na sua fala.

Mas, diante deste momento comemorativo, não podemos deixar de refletir o quanto falta para implementarmos o ECA, o quanto falta de políticas públicas, o quanto falta de implementação da própria prioridade absoluta que foi tão dita aqui.

Queria fazer um parêntese para falar de uma situação especial do nosso Estado da Bahia, do sistema socioeducativo do Estado da Bahia, que acho que merece uma atenção muito especial de todas as instituições, tanto do sistema de justiça quanto da rede de proteção de menores. Hoje nós temos uma situação de superlotação das unidades do Estado da Bahia, uma situação de condições precárias. A Defensoria Pública instaurou, inclusive, um procedimento não para achar culpados nisso tudo, porque é um processo histórico, mas para encontrar soluções a médio, a longo e a curto prazos. Nós queremos evitar, inclusive, que tenhamos que pensar sobre esse problema diante de uma situação, até mesmo, de tragédia.

Então, para evitar e prevenir tudo isso, acho importante que esta Casa, esta Assembleia, possa pensar, através do próprio deputado Arimateia, numa audiência pública para que possamos discutir, dentro deste espaço, soluções para todos esses problemas que nós temos. Não podemos achar aceitável termos adolescentes em unidades superlotadas, unidades, muitas vezes, com mais de 200% da lotação. Essas pessoas que estão sendo formadas nessas unidades são o futuro da nossa sociedade.

Diante de tanta fragilidade na implementação de políticas do ECA, a gente não pode deixar de pensar e de colocar um grande dilema e paradigma: que futuro queremos para nosso País? Que geração queremos formar e onde queremos formar essa geração? Será que queremos formar essa geração em unidades socioeducativas ou em presídios? O debate que se coloca desde o ano retrasado é a redução da maioria penal, o aumento do tempo de internação. Ou queremos formar essa geração nos bancos escolares, com ensino público de qualidade? Todas essas reflexões cabem, inclusive, para vocês, crianças e adolescentes. Esse tema é também de vocês. Apropriem-se disso, pensem, reflitam, discutam, estudem o Estatuto, porque vocês não são meros objetos, vocês são protagonistas, como foi bem dito, têm seus direitos resguardados e devem correr atrás para implementá-los.

Quero agradecer, mais uma vez, ao deputado José de Arimateia pelo convite e me colocar à disposição para outros debates aqui dentro desta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, Dr. Bruno Moura de Castro, titular da 2º DP Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador.

Já estamos quase no final. Ainda falará o representante do governo do Estado, depois a vereadora e a Drª Maria Constança Galvão.

Vamos assistir à apresentação de mais um exemplo da importância da criança e do adolescente nesta festa dos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vamos assistir ao grupo musical dessa instituição que é referência na Bahia, o Instituto Pedro Barbosa.

(Apresentação musical)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns, que Deus abençoe. Cadê as palmas, pessoal? (Palmas)

Obrigado.

Bem, nós vamos ouvir agora a Srª Maria Constança Carneiro Galvão, representando a secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza, a deputada licenciada Tia Eron, da Semps.

A Srª MARIA CONSTANÇA GALVÃO:- Uma boa tarde mais do que especial num dia de glória. Por que é um dia de glória? É que os 27 anos do ECA não são 27 dias. Eu poderia estar no início do mês de agosto, neste mês assim tão cheio de aconchego, com frio e com sol... Podemos, sim, estar na Assembleia Legislativa. Deputado José de Arimateia, um caloroso abraço e um afetuoso carinho pela sua pessoa, pelo seu trabalho, aqui trago um abraço da nossa tão querida secretária Tia Eron.

Nosso querido e ilustre amigo Dr. Carlos Martins, amigo de longa data, a nossa vereadora Rogéria, também uma grande amiga, a minha querida Drª Márcia Guedes, nas pessoas de vocês, calorosamente, saúdo, pedindo uma salva de palmas, (Palmas) toda a Mesa e, na plateia, na pessoa do querido Dr. Júlio, vocês, crianças do nosso Brasil. Que vocês continuem, sim, erguendo esta Nação, esta Nação precisa de vocês. Eu, daqui, olho para vocês com o semblante embalado no amor, na fraternidade e na paz. Devido a compromissos inadiáveis, a secretária Tia Eron não pôde se fazer presente, mas, em seu nome, cumprimento todas as autoridades presentes e aqui representadas, conselhos tutelares, todas as autoridades.

Compartilhar deste momento de comemoração pelos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente... Cadê o pequenino que estava aqui nesse instante e saiu correndo quando pipocaram as bolas? Tomou aquele sustinho, não foi querido?

É muito gratificante, apesar de ter a nítida consciência de que ainda é preciso muito se fazer e, principalmente, de fazer cumprir. Se olharmos para trás, até a Constituição de 1988, o que existia? Eram leis de caráter punitivo que visavam proteger a sociedade do menor infrator.

Em 1990, foi criado o ECA, através da Lei nº 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Evidente que não podemos atribuir toda a responsabilidade aos entes públicos, pois criança e adolescente convivem numa família e sua participação, orientação, é fundamental para o desenvolvimento e proteção dos mesmos. Com frequência, tomamos conhecimento dos casos de agressões, violência física e sexual, cujos autores são os próprios pais e familiares.

Nesse sentido, permitam-me citar duas estrofes de um poema de autoria do poeta Lauro Souza, que diz: “Não me toque aqui, não me aperte. Sou menina, quero só ser criança. Festas, cores, luz, muita dança. Sem traumas, só esperança. Preciso de sonhos e não pesadelos. Quero tudo de bom e bom! Quero grandeza de gente grande. Quero o carinho que não constrange!”

Salve os 27 anos do ECA! Salve as crianças e os adolescentes da nossa Bahia, do nosso Estado da Bahia e do nosso Brasil! Que esse olhar misericordioso do Pai possa trazer para cada um de vocês a força, a garra, a determinação. “Criança feliz, que vive a cantar”. Ó, Senhor Jesus, olhai as crianças do nosso País. Amém!

Muito obrigada a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns, Maria Constança Carneiro Galvão.

Ouviremos agora o representante do governo do Estado, Dr. Carlos Martins, que é secretário da Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, representando o Exmº Governador Rui Costa.

O Sr. CARLOS MARTINS:- Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, garotada, jovens e adolescentes. Boa tarde!

Eu queria, inicialmente, saudar o deputado autor desta sessão, José de Arimateia, e parabenizá-lo pela atitude, que, realmente, é importante neste momento; saudar a vereadora Rogéria, saudar o vereador Luiz Carlos, que saiu; saudar a minha amiga Constança, de grandes momentos, grandes datas, e quero mandar um abraço para a nossa querida amiga Tia Eron; saudar a Drª Márcia, o Dr. Bruno, o Marcos, que me antecedeu, saudar os conselheiros tutelares, Iara, representando o Conselho Estadual, dizer a vocês que pouca coisa acrescentarei ao que já foi dito.

Trago a palavra do nosso governador no sentido de que são 27 anos de muita alegria. O ECA rompeu e muito fortemente com uma legislação discriminatória, segregacionista, que foi o Código de Menores. E graças ao ECA a gente conseguiu ver várias políticas públicas exitosas, que reduziram a mortalidade infantil, o trabalho infantil, a extrema pobreza, principalmente nas políticas envolvidas nesses últimos 12 anos; criou-se o sistema de garantia de direitos, e a gente pode, aqui na Bahia, falar dos conselhos tutelares em todos os 417 municípios.

Eu queria pedir a todos uma salva de palmas para todos os conselheiros tutelares que existem neste Estado. (Palmas)

O Sr. CARLOS MARTINS:- (...) que mesmo a duras penas, mesmo com todas as dificuldades, fazem um belíssimo trabalho. Temos as delegacias especializadas, e vimos a doutora falar aqui conosco, temos o Núcleo de Atendimento Socioeducativo e outras ações.

Na nossa Secretaria, por exemplo, nós nos preocupamos muito com essas questões. Vemos aqui os meninos de várias instituições, várias ações, trabalhando com a música, com a arte. Nós nos preocupamos muito com isso, temos hoje parceiros como o Cedeca, o Projeto Axé, o Olodum, o Ilê Aiyê e um dos mais importantes, que é o Núcleo de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia – Neojibá, que este ano faz dez anos, e hoje já estão em 15 territórios do nosso Estado, atendendo a quase mil jovens, mostrando a eles que, através da música, através da arte, eles podem conseguir um futuro. Agora estamos instalando, em definitivo, lá no Parque do Queimado, na Liberdade, o local onde vai se instalar o Neojibá.

Então, para a gente, é importante e evidente que é preciso avançar ainda mais com tudo isso. Não está uma maravilha, precisamos avançar na articulação e fazer com que a rede efetivamente funcione. E Dr. Bruno tocou num ponto importante, que é a questão do sistema socioeducativo. Primeiro, porque toda a nossa sociedade está muito preocupada com o que está acontecendo hoje: com a redução dos nossos direitos, o ataque a direitos duramente conquistados e a proposta da PEC de redução da maioria penal, contra a qual todos nós devemos ser.

É preciso que a gente discuta também, pois estou há quatro meses na Secretaria e fico preocupado com os jovens no sistema socioeducativo, por que existe a superlotação? É por vários fatores, mas um deles é a política de encarceramento que temos no Poder Judiciário brasileiro. Metade dos jovens que estão na Fundac não era para estar lá, uma boa parte poderia estar tranquilamente no sistema aberto, em suas respectivas cidades. Por que não se faz o sistema aberto nas prefeituras? Simplesmente mandam-se para a Fundac jovens que não deveriam estar lá. Fiz uma visita à Case, em Salvador, encontrei um jovem de 12 anos e perguntei por que é que aquele garoto estava lá. Era porque, em uma audiência, ele desrespeitou o juiz, ele estava lá por isso. Então, são essas coisas que a gente não pode aceitar em nossa sociedade. Não adianta fazer mais Cases, mais unidades, porque logo, logo, elas estarão mais superlotadas devido à política de encarceramento.

Nós não podemos fazer política de encarceramento, temos que fazer isso que vimos aqui: botar o jovem na arte, na cultura, na dança, nas atividades, para que, através disso, eles sejam o futuro. É isso realmente que precisamos discutir. A nossa sociedade precisa discutir justamente isto: queremos mais Cases ou mais atividades culturais e esportivas? Queremos mais Cases ou mais discussões com a sociedade?

É isso o que estamos dispostos a discutir, Dr^a Márcia, e estamos à disposição para todas as questões, tanto da Promotoria como da Defensoria, porque somos parceiros fundamentais nesse processo.

Então, parabéns aos jovens, parabéns a todos vocês e um grande abraço. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, secretário. Pelo horário regimental, aqui só funciona até as 18 horas, e estamos já no limite do tempo. Ainda temos uma saudação rápida da vereadora Rogéria Santos e depois, para encerrar, o coral do grupo Força Jovem Universal. Preparem-se, que depois de Rogéria vocês vão se apresentar para finalizar.

Com a palavra a vereadora Rogéria Santos pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a ROGÉRIA SANTOS:- Boa tarde a todos e a todas, quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso nobre deputado José de Arimateia, entre todos os outros, cumprimentar aqui todos os grupos que se unem em prol da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do nosso Estado, da nossa grande Salvador. Quero dizer a vocês: são 27 anos do ECA, uma legislação perfeita. Se você estudar o ECA do primeiro ao último artigo vai verificar que ele é lindo, mas precisa sair do papel. Estados, Municípios e União precisam, de fato, fazer valer o direito da criança e do adolescente. Sei, sim, como bem disse o nosso secretário, que há uma política de encarceramento do Judiciário.

Sim, há. Mas como fazer com esses 394 meninos que estão no Case, cuja capacidade é 150? Eu estive lá, *in loco*, Sr. Secretário, e me entristeci muito. Confesso aos senhores que não chorei porque o meu coração anda um tanto quanto endurecido com certas posturas.

Então, aqui quero conclamar, sim, os meus companheiros conselheiros tutelares, a quem devo muito, porque estão lá na ponta batalhando pelas crianças e adolescentes. Conclamar a sociedade civil, os deputados estaduais, os deputados federais, a todos, secretários, prefeitos, governadores, a olharem com uma peculiaridade especial para a nossa criança e o nosso adolescente. Não estou aqui apenas com o intuito de comemorar. Avançamos muito, derrubamos uma legislação retrógrada. Ótimo! Transformamos as crianças e adolescentes em sujeitos de direitos? Sim! Parabéns! Mas ainda há um caminho muito longo para se avançar.

Então, aqui, eu conclamo a todos para que façamos, sim, o ECA sair do papel, com políticas públicas de Estado, políticas públicas sérias, que façam valer as garantias, sim, das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adolescentes, para que os descabimentos que têm acontecido no nosso País, na nossa Bahia, parem. Há de se dar um *stop*. E que hoje a gente possa, sim, não apenas falar um salve às nossas crianças.

Eu digo para vocês: vamos juntos salvar as nossas crianças! Contem sempre comigo, como vice-presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, na Câmara de Salvador, eu estou à disposição de todos. Muito obrigado e uma boa tarde.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns, vereadora. Eu não posso negar... Estou numa situação entre a cruz e a espada, como diz a história. Tem uma conselheira aqui que é de Feira de Santana, eu tenho que dar voz a ela. Depois, tem o

Líder do governo José Neto, que também quer falar um pouco. Mas vou conceder logo a palavra à conselheira Deise Lúcia.

A Sr^a DEISE LÚCIA:- Boa tarde a todos. Primeiro, eu quero cumprimentar as nossas crianças e adolescentes, protagonistas da nossa história; a Mesa na pessoa do deputado José de Arimateia; a todos os presentes; e também os nossos nobres colegas, conselheiros tutelares que aqui estão.

Não posso deixar de registrar que o ECA é maravilhoso. Ser conselheira tutelar e defender o que o ECA protagoniza é maravilhoso demais. Falando com palavras fáceis, que dê para todo mundo entender, principalmente as nossas crianças e os nossos jovens. Mas eu não posso deixar de registrar que são os conselheiros tutelares que fazem valer esses direitos, a maioria dos direitos que estão lá dentro do ECA.

Então, é agonizante ver que nós, conselheiros tutelares, praticamente não temos direitos dentro do ECA. Nós, para atuarmos como conselheiros tutelares... Parece que o conselho tutelar é feito de paredes, que não existem pessoas lá que vão fazer valer esses direitos. Como esses direitos vão valer? Através de pessoas que passam por prova, por eleição para estarem lá, com o objetivo de proteger e garantir o direito de vocês, crianças e adolescentes.

Mas o que a gente percebe – estou no segundo mandato – é que não temos o nosso direito. Então, fica, de certa forma, difícil, porque nos sentimos garantindo o direito, e o nosso não existe.

Como a Assembleia Legislativa decretou o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar na Bahia como o dia 25 de julho, é um momento de nós pedirmos que as autoridades sentem conosco e vejam quais são os nossos anseios como conselheiros tutelares, para que possamos garantir ainda mais, de fato, os direitos das crianças e dos adolescentes.

Obrigada a todos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, Deise Lúcia, conselheira de Feira de Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Com a palavra o deputado Zé Neto, deputado de Feira de Santana, Líder do Governo, já está no terceiro, quarto, quinto mandato...

O Sr. ZÉ NETO:- Quarto mandato. Primeiro, boa tarde. Estava numa reunião com o ex-governador Jaques Wagner, mas estava doido para vir aqui. Pedi para o pessoal me cobrir. Quero saudar, nas pessoas do nosso secretário Martins, do deputado José de Arimateia e também de Deise, essa feirense guerreira, a todos e todas que estão na Mesa e também a plateia.

Hoje, pela manhã, estive num encontro de gestores da educação para tratar de diversos assuntos da área. Vamos enfrentar um período muito duro, muito difícil de falta de recursos, porque o dinheiro, quando sai da mão do pobre, não roda, não gera

imposto, não gera arrecadação, e a União perde. Perde, também, o Estado da Bahia, que já perdeu de um ano e meio para cá, quase R\$ 2,7 bilhões.

Então, vai faltar dinheiro. E não é fácil, porque é uma política cara, também, em todos os aspectos, a de cuidar de nossos adolescentes. Cara não só financeiramente. Cara no sentido social, porque a temos como uma política que precisa ser objeto de uma prioridade maior, de um investimento maior, de uma condição de ascensão de política pública maior.

Mas eu estava, hoje pela manhã, lá nesse encontro de gestores, me lembrando de coisas elementares de minha adolescência e infância. Sou o terceiro filho de uma família de cinco. Sou o do meio: são dois meninos e três meninas. O do meio é o mais solto. Minha mãe, com 33 anos, desquitou-se. Naquele período – eu tenho 53 anos, então, há 30 anos –, uma mulher desquitada, vixe Maria!... Na escola, dei um “poca-olho” em um menino porque veio dizer: “Sua mãe é desquitada”.

Era assim, um preconceito absurdo com as mulheres desquitadas. Por isso as mulheres sofriam, muitas vezes, nos casamentos... sofrendo, sofrendo, sofrendo, mas não saíam dos casamentos para não se tornarem mulheres desquitadas.

Meu pai saiu de casa, eu tinha 9 anos de idade. Me lembro: botou um caminhão na porta, levou metade dos móveis. Minha mãe era professora primária.

O que mudou na minha vida? É que minha mãe disse: “Ele vai carregar os móveis, mas não vai carregar os sonhos. Meus filhos, que são o meu maior tesouro, ele deixou lá, não vai mais encher o saco”. E cuidou da gente.

E deu educação. Brigou o tempo todo para que fôssemos bons na escola. Minha mãe era professora de português, fez faculdade e depois se tornou uma figura que, graças a Deus, está viva e foi o grande farol da gente.

E eu dizendo lá, hoje, na minha fala aos gestores da educação, que algumas coisas eu lembro muito nitidamente na minha vida. Eu tinha um lugar para jogar bola, no batalhão de polícia. Eu jogava a minha bolinha. Era bom demais. Fui o primeiro dirigente de associação, meninos, que teve na minha região. Fizemos uma associação de crianças para cada um ter uma carteirinha, para organizar o baba. Porque o baba, por mais que seja disperso, tem que se organizar. Então, eu aprendi a organizar o baba da minha vida com 11 anos de idade.

Depois eu participei da fanfarra da Escola do Assis Chateaubriand. Tocava caixa: “Tarará, tarará, tarará, tá, tá...”. E gostava, também, de ficar, sabe onde, Martins? Na quadrilha da escola. Estou falando isso porque não está distante do que estamos falando. Nós precisamos cuidar mais do broto. E, graças a Deus, deu tudo certo na minha vida.

Quando comecei a minha adolescência, um tio me botou para trabalhar com ele, de eletricitista, outro me botou para ficar com ele, não estou dizendo que tem que ter o trabalho infantil, não, estou dizendo que temos que ocupar as nossas crianças no segundo turno, com alguma coisa que seja útil para a vida delas, aprender algum ofício, ou então ocupá-las com esporte, com música, e isso tudo é muito mais barato, essa política é muito mais tranquila. Precisamos fazer com que neste aniversário dos 27 anos, tenhamos claro nas nossas mentes...

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) que é preciso cuidar do broto para que a vida dê fruto, como diz a música do nosso querido Milton Nascimento, porque cada menino e cada menina dessas que tem um olhar generoso com a vida, precisa ser mantido, e aqueles que não têm um olhar generoso têm que ser resgatados.

Viva o Estatuto da Criança e do Adolescente e parabéns, Arimateia, pela sua conduta aqui na Casa, de fazer este debate ter esta dimensão. Hoje está na televisão aberta e fechada, e acho que essas coisas.... Minha avó, muito sábia, sempre dizia: “O que não é visto é esquecido”. E hoje está todo mundo aqui se vendo, se não aqui, na mídia, e nesse ponto eu acho que é um divisor de águas neste País. E se, neste momento, precisamos lutar mais, que nós lutemos, lutemos nas faculdades, como o professor faz, lutemos nos movimentos sociais, como no dia a dia se faz, na Promotoria, na Defensoria, enfim, lutemos em todos os cantos para que esse marco da nossa busca de direitos para nossas crianças e adolescentes esteja sempre vivo, evoluindo, sendo respeitado e sendo conduzido para que o bem possa estabelecer mais espaço entre nós. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Para finalizar, vamos ouvir o grupo Força Jovem Universal, fechando com chave de ouro. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimateia):- Parabéns! Obrigado, e já estamos chegando ao final. Quero aqui agradecer ao presidente desta Casa, deputado Angelo Coronel, agradecer a vocês, internautas, que ficaram quase três horas de sessão especial por uma causa justa em comemoração aos 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quero agradecer a toda a equipe do meu gabinete aqui nesta Casa, que preparou e elaborou tudo isso a que vocês assistiram. Quero agradecer a presença da *TV Assembleia* ao vivo, da imprensa falada e escrita, de outros órgãos de comunicação, como a *TV Record*, que também estiveram aqui dando cobertura. Quero agradecer a presença das autoridades civis e militares, das Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Vereadores e imprensa.

Declaro encerrada a presente sessão. Que Deus nos abençoe! (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.